

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24H - CAMPOS SALES (CNPJ 23.453.830/0021-13)							
Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 - Em Reais (R\$)				Demonstração do Déficit/Superávit dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 - Em Reais (R\$)			
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante		3.165.188	2.417.989	Circulante		6.880.780	3.265.513
Caixa e equivalentes				Fornecedores	8	3.220.570	2.163.963
de caixa	4	564.298	226.768	Obrigações trabalhistas	9	1.063.073	843.676
Contas a receber	5	1.916.008	1.591.349	Obrigações sociais	10	162.514	119.892
Estoques	6	568.537	499.622	Obrigações fiscais		92.202	116.122
Adiantamento funcionários		47.251	39.466	Outras contas a pagar	12	2.323.421	11.860
Outros créditos		69.094	60.784	Partes relacionadas	11	19.000	10.000
Não Circulante		4.122.878	6.287.378	Patrimônio Líquido	14	407.286	5.439.854
Partes relacionadas	11	4.021.641	6.173.802	Patrimônio Social		4.334.050	3.059.681
Imobilizado	7	101.237	113.576	(Déficit) / Superávit Acumulado		(3.926.764)	2.380.173
Total do Ativo		7.288.066	8.705.367	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		7.288.066	8.705.367
Demonstração das Mutações do Patrimônio Social do Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 - Em Reais (R\$)							
		Patrimônio Social	Superávit/Déficit acumulado	Total			
Em 31 de dezembro de 2019		-	-	3.059.834	3.059.834		
Incorporação ao Patrimônio Social		3.059.834	-	(3.059.834)	-		
Ajustes patrimoniais		(153)	-	-	(153)		
Superávit do exercício		-	-	2.380.173	2.380.173		
Em 31 de dezembro de 2020		3.059.681	3.059.681	2.380.173	5.439.854		
Incorporação ao Patrimônio Social		2.380.173	-	(2.380.173)	-		
Ajustes patrimoniais (nota 14)		(1.105.804)	-	-	(1.105.804)		
Déficit do exercício		-	-	(3.926.764)	(3.926.764)		
Em 31 de dezembro de 2021		4.334.050	4.334.050	(3.926.764)	407.286		
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 - Em Reais (R\$)							
1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: A Unidade de Pronto Atendimento 24 Horas Campos Sales faz parte da rede pública do Estado do Amazonas. A unidade oferece assistência de urgência e emergência nas especialidades de cirurgia geral e clínica médica adulto/pediatria, ambulatório de especialidades, odontologia, e apoio diagnóstico e terapêutico. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia. A UPA está situada à Avenida Dona Otília, Tarumã, 69.021-005, Manaus - AM. b) Contrato de Gestão: Unidade de Pronto Atendimento 24 horas é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 1º de abril de 2019, por meio de contrato de gestão nº 001/2019/SES-AM, vigente até 30/09/2022 conforme 8º Termo Aditivo. Em 2021, a UPA foi requerido, pelo Ente Público, a prestar serviço de urgência para atendimento à COVID 19 em sua nova variante Ômicron, havendo complemento do atual contrato de gestão, onde foi acrescido ao valor do repasse mensal, recursos para suprir custos mais altos para aquisição de materiais e medicamentos, dada a condição de maior necessidade Hospitalar no País. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:							
Âmbito	Legislação	Publicação					
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970					
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969					
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967					
A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja renovação para o triênio de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023 foi protocolada em 07/10/2020, junto ao Ministério da Saúde no qual se encontra pendente de julgamento. A Entidade tem a manutenção de sua certificação até a publicação da decisão pelo Ente Público, conforme previsto no artigo 24 da lei 12.101/2009. 2. Apresentações das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 25 de março de 2022. 2.2. Base de mensuração e apresentação: As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. 2.3. Moeda funcional e de apresentação: Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. 2.4. Principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalente de caixa: São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b) Estoques: São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o				valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. d) Julgamentos e estimativas: A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. Provisões para riscos judiciais: A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa: É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. e) Apuração do Superávit/Déficit: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. f) Reconhecimento de receitas: As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. g) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. h) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos: Nas demonstrações contábeis de 2021 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. i) Patrimônio líquido: Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. j) Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. 3. Impactos da COVID 19 em sua nova variante Ômicron nas operações: A Administração da Entidade continua adotando medidas que julga necessárias para mitigar e/ou minimizar os impactos gerados pela COVID 19 em suas operações, incluindo, mas não se limitando: (i) Medidas de preservação de caixa, através de redução de custos possíveis dentro da estrutura atual e do adequado cumprimento do convênio com a SES-AM, de forma que tenha os recursos necessários para manter a continuidade de suas operações enquanto houver restrições econômicas, sociais e riscos de entrega de insumos e fornecimento derivadas da pandemia; A Unidade está investindo na contratação e capacitação dos profissionais que atuam na assistência, destacando a importância do uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI) para redução dos riscos de contaminação. Tem ainda finalidade de aprimorar a rotina de atendimento dos pacientes com a COVID			
Fluxos de caixa de atividades operacionais							
Superávit do exercício / período				2021		2020	
Depreciação/amortizações				3.926.764		2.380.173	
Superávit ajustado				(3.914.425)		2.389.624	
Variações no circulante das contas de ativo e passivo (Aumento) / Redução dos créditos - circulante (Aumento) de estoques (Aumento) / (Redução) de fornecedores				2.090.794		2.643.927	
Aumento de obrigações trabalhistas				340.754		3.599.703	
Aumento de obrigações sociais (Redução) de obrigações tributárias				(68.915)		(318.494)	
Aumento de outras obrigações				1.056.607		(835.824)	
Ajustes patrimoniais				(1.105.804)		(154)	
Caixa líquido (utilizado) / proveniente das atividades operacionais				(1.823.631)		5.033.551	
Atividades de investimentos				-		(117.847)	
Aquisição de imobilizado				-		(117.847)	
Atividades de financiamento				2.161.161		(4.896.679)	
Partes relacionadas				2.161.161		(4.896.679)	
Aumento no caixa e equivalentes de caixa				337.530		19.025	
Variação em caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)				337.530		19.025	
Saldo existente no início do exercício				226.768		207.743	
Saldo existente no final do exercício				564.298		226.768	
Aumento no caixa e equivalentes de caixa				337.530		19.025	
19 em sua nova variante Ômicron, evitando propagação do vírus entre empregados, usuários e no ambiente hospitalar. Buscar excelência e eficácia no atendimento aos pacientes. Dados levantados por sistema do Ministério da Saúde mostram que a unidade teve o maior número de altas entre as unidades públicas e privadas. A Administração analisa suas perspectivas sobre os efeitos econômicos da disseminação da COVID 19 em sua nova variante Ômicron no País, considerando que apesar de ter sido eleito pela SES-AM, como referência para atendimento à COVID 19 em sua nova variante Ômicron, as operações do Hospital ainda podem ser impactadas, em 2022, por nova fase de restrições impostas pelas autoridades governamentais e pela necessidade aumento de carga horária de atendimento ou obtenção de novas fontes de recursos para viabilizar possíveis atendimentos de urgência. Apesar dos possíveis impactos, a Administração julga que o relacionamento com o Ente Público favorecerá o recebimento de recursos e estrutura em tempo para eventuais solicitações de atendimento de urgência, portanto, optou por não realizar provisões adicionais ou contingenciais nessas demonstrações contábeis.							
4. Caixa e Equivalentes de Caixa							
Descrição				2021		2020	
Caixa				1.169		124	
Banco conta movimento				-		-	
Aplicações em CDB - custeio				563.129		226.644	
				564.298		226.768	
As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predefinido, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. 5. Contas Receber: O montante refere-se a contas a receber de contrato de gestão, 001/2019/SES-AM, com a Secretaria da Saúde do Estado do Amazonas, vigente até 30/09/2022 conforme 8º Termo Aditivo.							
Descrição				2021		2020	
Contrato 001/2019/SES-AM				1.916.008		1.591.349	
				1.916.008		1.591.349	

continua >

6. Estoques

Descrição	2021	2020
Drogas e medicamentos	204.964	205.236
Materiais de limpeza e higienização	30.702	26.322
Fios cirúrgicos	13.268	10.661
Materiais de uso do paciente	228.417	129.991
Materiais de laboratório	22.500	51.000
Demais materiais	68.686	76.411
Total	568.537	499.622

Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.

7. Imobilizado: Imobilizado do contrato de Gestão e com recursos próprios/investimento:

Máquinas e Equip.	2021	2020
Saldo inicial em 1º/01/2020	5.180	5.180
Aquisição	117.847	117.847
Depreciação	(9.451)	(9.451)
Saldo em 31/12/2020	113.576	113.576
Saldo inicial em 1º/01/2021	113.576	113.576
Aquisição	-	-
Depreciação	(12.339)	(12.339)
Saldo em 31/12/2021	101.237	101.237

8. Fornecedores

Descrição	2021	2020
Materiais e medicamentos	533.659	319.701
Serviços médicos	2.169.606	1.434.536
Serviços	406.779	409.726
Diversos	110.526	-
Total	3.220.570	2.163.963

9. Obrigações Trabalhistas

Descrição	2021	2020
Obrigações com pessoal	386.767	342.724
Provisão de férias	626.210	463.845
Provisão FGTS s/férias	50.096	37.107
Total	1.063.073	843.676

10. Obrigações Sociais

Descrição	2021	2020
INSS a recolher	47.708	37.966
FGTS a recolher	65.175	53.830
IRRF s/ folha a recolher	41.872	28.016
Contribuição Sindical a recolher	32	80
Assistência Médica	7.727	-
Total	162.514	119.892

11. Partes Relacionadas: O contrato de gestão nº 001/2019/SUSAM, compreende a Administração do Complexo Hospitalar, considerando o Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz e a UPA 24 horas - Campo Sales. Os recursos obtidos para gestão destas unidades são transacionados entre ambas, de acordo com o fluxo financeiro estipulado para a manutenção das atividades. Em 2021, a UPA 24 horas - Campos Sales transacionou R\$ 4.021.641 (R\$ 6.173.802 em 2020) com o Hospital. Para efeito de controle dos recursos de gestão, são elaboradas informações financeiras para prestação de contas ao Ente Público de forma consolidadas entre Hospital e UPA, onde os saldos das transações entre partes relacionadas são eliminados. O saldo a pagar em 2021, no passivo circulante R\$ 19.000 (R\$ 10.000 em 2020), corresponde aos serviços da gestão da Sede Administrativa, previstos em contrato de gestão.

12. Outras Contas a Pagar

Descrição	2021	2020
Empréstimo Consignado	26.511	11.860
Empréstimos Materiais	-	-
SES-AM (i)	2.296.910	-
Total	2.323.421	11.860

(i) Refere-se a materiais adquiridos pela Secretaria de Es-

tado de Saúde do Amazonas e cedidos para utilização pela UPA. Estes valores serão descontados parcial ou integralmente de repasses futuros à Entidade, sendo classificados em passivo circulante, em virtude da expectativa da Administração de que seja realizado durante o exercício de 2022.

13. Provisões para Contingências e Depósitos Judiciais: A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas. A Administração julga não ser necessário a provisão para demandas judiciais. Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

Trabalhista	2021	2020
	110.000	25.000
Total	110.000	25.000

14. Patrimônio Líquido: O Patrimônio Social é acrescido de excedentes de receitas sobre despesas (superávit) ou deduzidos por insuficiências (déficit), dos resultados obtidos nas atividades de gestão. No ano de 2021, foram realizados processos de reconciliação e reclassificação de saldos patrimoniais e baixa de provisões de obrigações trabalhistas relativas ao exercício de 2020, além de consumo de estoque de oxigênio e baixa de inventários realizados no início de 2021 em detrimento à intensa utilização de materiais e equipamentos no ápice de operação contra COVID-19, totalizando R\$ 1.105.804.

15. Despesas Gerais e Administrativas

	2021	2020
Energia elétrica	-	(203.244)
Água e esgoto	(3.560)	(17.540)
Manutenção e conservação	(27.173)	(55.666)
Viagens e hospedagens	-	(192)
Serviços de gestão	(147.000)	(493.326)
Outros	(386.298)	(145.551)
Total	(564.030)	(915.519)

16. Renúncia Fiscal: A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2021	2020
Cota patronal	1.510.217	1.025.350
Terceiros	437.963	297.352
RAT/SAT	151.022	102.535
Total INSS	2.099.201	1.425.237
COFINS	644.177	654.470
Total COFINS	644.177	654.470
Total	2.743.379	2.079.707

17. Instrumentos Financeiros: A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do

estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2021	2020
Aplicações financeiras	564.298	226.644
Contas a receber	1.916.008	1.591.349
Total ativos financeiros	2.480.306	1.817.993
Fornecedores	3.220.570	2.163.963
Total passivos financeiros	3.220.570	2.163.963

18. Gestão de Riscos: Risco de liquidez: As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. Risco operacional: Principais riscos associados a COVID 19 em sua nova variante Ômicron nas operações da Entidade: Os riscos decorrentes de pandemias de saúde, atualmente provocadas pela COVID 19 em sua nova variante Ômicron, podem contribuir de maneira significativa para a deterioração das condições econômicas no Brasil e nos demais países intensamente afetados, e poderiam trazer, entre outras consequências: (i) riscos de recebimentos ou atrasos no recebimento dos recursos do contrato de gestão por recessão econômica e redirecionamento de gastos do Ente Público; (ii) Aumento significativo nos custos de aquisição de insumos e materiais para tratamento e contenção da COVID 19 em sua nova variante Ômicron, o que pode levar ao desabastecimento e/ou necessidade de complemento de fluxo de caixa; (iii) Paralisação parcial ou completa de fornecimento de produtos e serviços, em virtude de colapso ou demanda excessiva, por tempo indeterminado; e (iv) Alto nível de exposição de funcionários, clientes, fornecedores, prestadores de serviço em relação ao contágio, possibilitando perda de capacidade de atendimento. A Administração manteve seu planejamento de atividades ao longo de 2021, relativo à preparação de sua estrutura para atender maior demanda de pacientes, executando as atividades com resguardo necessário de seus profissionais, clientes e fornecedores. A Administração acredita que a UPA não possui risco de continuidade operacional. 19. Eventos Subsequentes: a) Impactos da COVID-19 para 2022: A Administração da Sociedade acompanha tempestivamente e com responsabilidade as informações e orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), Ministério da Saúde e demais agências reguladoras, acerca das medidas adequadas a serem implementadas nas atividades operacionais e administrativas. A Administração optou por não realizar provisões adicionais ou contingências nessas demonstrações contábeis. Manaus/AM, 25 de março de 2022.

José Luiz Gasparini
Diretor Executivo - CPF: 189.343.688-88
Joseph Marcelo Feitosa Gomes
Contador - CRC AM - 013291/O

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - Unidade de Pronto Atendimento - Campos Sales - Manaus - AM. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Unidade de Pronto Atendimento 24h - Campos Sales, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Unidade de Pronto Atendimento 24h - Campos Sales, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. • **Provisões para riscos e passivos contingentes:** Conforme nota explicativa nº 13, provisão para contingências e depósitos

judiciais, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações contábeis. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função do seguinte assunto. A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. **Outros assuntos:** i) Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 24 de março de 2021, sem modificações. ii) Conforme descrito na nota explicativa 3, a Entidade vem acompanhando a evolução de contágio e definições sobre restrições de atividades e circulação, promovendo a manu-

tenção de sua estrutura para atendimentos emergenciais relacionados ao COVID-19. A Administração julga não haver fatores que impliquem em impactos imediatos e significativos nas operações de gestão do Hospital, concluindo por não ser necessário realizar provisões adicionais ou reavaliação da estrutura do contrato de gestão. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de

continua

▶ *continuação* acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incer-

teza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os

requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 25 de março de 2022.

Planners Auditores Independentes
CRC.SP. nº. 2SP 14.712/O-2
CVM 11.398 - CNAI P.J 000219
Heitor Piovam
Contador CRC 1SP 331.721/O-0
Auditor Independente - CNAI 6.199

Protocolo 82967

ESTADO DO AMAZONAS
DIÁRIO OFICIAL
Número 34.291 - ANO
Manaus, quarta-feira, 22 de julho de 2020
PODER EXECUTIVO - Seção I

SECRETARIA DE ESTADO DE 20 DE JUNHO DE 2020
ABRE SEDE PARA EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIO DE ESTADO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a autorização contida no artigo 1º, inciso I, da Lei nº 5.005 de 20 de dezembro de 2020.

SECRETARIA

Art. 1º Fica aberto, no Organismo de Seguridade Vigente da Administração Pública, o cargo de SECRETÁRIO DE ESTADO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, em caráter de provimento temporário, para o exercício de suas funções, em conformidade com o disposto no artigo 1º, inciso I, da Lei nº 5.005 de 20 de dezembro de 2020.

Art. 2º O cargo será exercido pelo servidor público em comissão, de acordo com o disposto no artigo 1º, inciso I, da Lei nº 5.005 de 20 de dezembro de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

SABASTE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 22 de julho de 2020.

WILSON MIRANDA LIMA
Governador do Estado do Amazonas

ALEX DEL GIULIO
Secretário de Estado de Administração Pública

AGORA VOCÊ PODE CONSULTAR LEIS, DECRETOS, EDITAIS E DEMAIS ATOS OFICIAIS DO GOVERNO DO ESTADO DE MANEIRA MAIS RÁPIDA E PRÁTICA.